

UMA TEORIA CRÍTICA PARA ENTENDER O RACISMO

RAY, Victor. *Critical Race Theory. Why it matters and why you should care.* New York: Random House, 2023. 180 p.

Recentemente, fui ao cinema para assistir ao filme *The American Society of Magical Negroes*, dirigido por Kobi Libii. Confesso que quando minha filha me convidou achei que fosse um filme de ação, porém, quinze minutos depois do início, eu estava em choque. Foi como se alguém tivesse colocado uma lente de aumento para que o público assistisse na tela grande o racismo presente no dia a dia e seus efeitos. A crítica da grande mídia detestou o filme em sua primeira semana e anunciou seu fracasso. Na minha opinião, o desconforto da audiência e a relutância geral em enfrentar as manifestações do racismo estão por trás da rejeição. Minha filha, uma jovem afro-brasileira/jamaicana que viveu nos Estados Unidos por quatro anos, saiu do filme com um mal-estar,

disse que tinha um nó na garganta e o coração acelerado, por causa das memórias terríveis que o filme suscitou. No trajeto, ela contou a experiência de viver no meio-oeste americano, enquanto o pai comparava com sua experiência como um jovem negro jamaicano vivendo em Nova Iorque nos anos 1960 e 1970. Na minha mente estavam as inúmeras histórias de violência racial e de discriminação que testemunhei, e das quais tenho sido informada, no Brasil. Na manhã seguinte, eu levei o livro de Victor Ray para a mesa do café da manhã e disse: vocês têm que ler esse livro!

Victor Ray é um sociólogo americano relativamente jovem que, menos de uma década depois de obter seu doutorado em sociologia pela Duke University, já é um nome reconhecido

não apenas no mundo acadêmico, mas na mídia escrita e no jornalismo televisivo e de importantes websites. O grande enfoque de seu trabalho são os estudos sobre o racismo nos Estados Unidos e suas manifestações na estrutura da sociedade e em organizações como os sistemas de saúde, educacional, prisional e militar. Além de publicar nas principais revistas acadêmicas dos Estados Unidos, ele tem participado ativamente dos debates políticos cotidianos, publicando em jornais como o *The New York Times*, *The Washington Post*, *Time Magazine*, em canais de televisão dedicados ao jornalismo, como a *CNN*, *Bloomberg*, e em rádios como a *National Public Radio* (NPR), sempre discutindo as manifestações e consequências do racismo sistêmico. Seu trabalho tem repercutido internacionalmente, e ele tem participado em programas jornalísticos na Alemanha, Canadá e no Reino Unido.

Seu livro, *Critical Race Theory. Why it matters and why you should care*, foi escrito como uma resposta ao ataque que a teoria crítica da raça sofreu durante a campanha presidencial dos Estados Unidos em 2020, quando o Partido Republicano, liderado

por Donald Trump, deflagrou uma campanha massiva contra os teóricos antirracistas e contra os movimentos que denunciam o racismo nos Estados Unidos, chegando a chamar o *Black Lives Matter* de movimento terrorista, que deveria ser investigado e combatido, enquanto defendia os grupos ligados à ideologia da supremacia branca. No decorrer daquele ano, continuando pelos anos seguintes até os dias de hoje, a propaganda dedicada à desinformação desencadeou uma guerra contra o antirracismo e seus teóricos, ampliando os ataques e a censura a professores em todos os níveis da educação que discutem a história e a sociedade americana de forma crítica, culminando com a publicação da Ordem Executiva 13950, de combate à discriminação de raça e gênero.¹

Ray aponta para o fato de que ações desse tipo, apesar de parecerem democráticas e contra a discriminação, devem ser examinadas com cautela, por terem objetivo contrário. Tal ordem proíbe a discussão dos temas relacionados ao racismo e sexismo e

1 White House, Executive Order 13950 on Combating Race and Sex Stereotyping. Donald Trump. Publicada em 22 de setembro 2020 [🔗](#).

à aplicação de medidas de ação afirmativa que tenham como objetivo corrigir esse tipo de discriminação, proíbe também o uso da discriminação racial ou de gênero como argumento para qualquer ação dentro dos órgãos federais, e ressalta que as promoções e designações de tarefas devem ser feitas com base no mérito. A ordem se estende a entidades contratadas, como as empresas terceirizadas, proibindo treinamentos voltados para os temas de discriminação ou que mencionem que uma raça é superior a outras ou que um sexo é superior a outro. O texto é rebuscado e dá margem a diferentes interpretações. A publicação dessa Ordem Executiva suscitou protestos em diversos meios. O Conselho Americano de Educação, representando mais de 50 entidades educacionais, enviou uma carta de protesto à presidência, exigindo que a ordem fosse invalidada. Segundo o documento, além de criar confusão em seu texto contraditório, a ordem executiva autoriza o poder executivo a censurar o discurso em instituições educacionais e a eliminar a ordem anterior da administração que ampliava essa discussão”.² Em 2021,

2 American Council on Education, Letter to White House on race and gender

o presidente eleito Joe Biden revogou a Ordem,³ provocando a crítica dos conservadores.

O trabalho de Victor Ray tem como objetivo contribuir para elucidar contextos e fatos que alimentam as desavenças entre grupos políticos e público em geral sobre o que é racismo, como ele se apresenta na estrutura social e as normas políticas implementadas para eliminar ou maximizar o racismo. Ao dividir o livro em dez capítulos, o autor procurou, de maneira muito clara e acessível, explicar a teoria e mostrar sua importância, ao mesmo tempo em que apresentou exemplos do racismo na história dos Estados Unidos. Victor Ray utiliza trabalhos acadêmicos, pesquisas empíricas e discursos políticos de mais de uma centena de intelectuais, discutindo temas como abolição, reconstrução, Jim Crow, luta por direitos civis e racismo estrutural. Ele também ressalta a luta das mulheres negras e a interseccionalidade das categorias de análise como parte da teoria crítica da raça.

stereotyping Executive Order. Escrita em 8 outubro 2020 [🔗](#).

3 Federal Register, Government of the United States of America. Executive Order 13985 Advancing Racial Equity and Support for Underserved Communities Through the Federal Government. Publicado em 20 jan. 2021 [🔗](#).

Logo na introdução do livro, ele explica sua experiência familiar com o racismo, quando seu tio – um negro de pele escura – o levantou nos ombros, quando assistiam a um desfile numa das ruas de Pittsburgh, o que levou alguns cidadãos preocupados a chamarem a polícia, denunciando o possível rapto de uma criança branca por um homem negro. Tudo isso porque ele nasceu com a pele muito clara e com traços físicos mais próximos aos dos europeus do que aos dos africanos. Ao crescer vendo seu irmão sendo seguido por vendedores brancos nas lojas, enquanto ele poderia entrar e sair sem ser importunado, ele passou a questionar as razões da discriminação e suas consequências naqueles que a sofrem e na sociedade que permite e estimula tal ato.

Ray reconhece a importância dos trabalhos de Kimberlé Crenshaw, Richard Delgado, Mari Matsuda, Patricia Williams, Derrick Bell e Kendall Thomas, entre outros intelectuais e ativistas, que, a partir da ciência e da prática do direito, se dedicam a entender e a denunciar o racismo dentro do sistema judiciário e na sociedade em geral. O autor admite que nenhum livro é capaz de cobrir a

teoria crítica da raça em sua totalidade em menos de 200 páginas. O objetivo, atingido com sucesso, era tornar a leitura fácil para todos. O cerne de sua preocupação é combater a deturpação manipulada da teoria crítica da raça e explicar por que políticos conservadores se utilizam da desinformação para gerar pânico e criminalizar ativistas e analistas que denunciam o racismo nos Estados Unidos.

Segundo ele, a deturpação da teoria é tão bizarra que chega a ser uma caricaturização, na qual cientistas sociais são vistos como elementos perigosos que ameaçam a sociedade americana, apesar da intenção de tais pesquisadores de oferecer diagnósticos direcionados a resolver o problema da desigualdade social. Os ataques ocorrem porque setores da sociedade que são de alguma forma privilegiados temem perder tais privilégios. Ao gerar pânico em relação a ideias que questionam a legitimidade de hierarquias sociais, partidários de movimentos autoritários obtêm do público desinformado a autorização para controlar os discursos e punir os pensadores.

Ray indica que a reação da sociedade branca à teoria crítica da raça segue um padrão histórico de rejeição

às mudanças sociais desde a resistência de famílias brancas à integração racial nas escolas – e eu diria desde a resistência à abolição do regime escravista. Tal reação se alimenta da ignorância da maioria sobre a história de seu país, que Ray chama de uma ignorância combativa e que, a meu ver, se encaixa no dito popular brasileiro: “não sei, não quero saber e tenho raiva de quem sabe”. Daí a existência de legislaturas estaduais que criam leis proibindo o ensino crítico do racismo nas escolas e a censura em universidades públicas e particulares nos EUA, incluindo as ameaças direcionadas aos professores. O autor explica que ao decretar que o ensino sobre a desigualdade racial é uma desobediência à lei, ironicamente, o Estado confirma a base do argumento desses teóricos: de que o racismo é estrutural.

A teoria crítica da raça é um campo de estudos que denuncia a história brutal do racismo nos Estados Unidos, que em parte permanece intacta, propondo soluções para mudar isso. Ela tem sua origem num movimento de sociólogos e advogados que denunciaram a falsa neutralidade do sistema judiciário em relação à raça. Entre os conceitos fundamentais dessa teoria

estão: a ideia de que raça é uma construção social; a ideia de que o racismo é primariamente estrutural e de que a vida social se compõe de intersecções de identidades. Não se trata de uma proposta totalmente nova. Estudiosos baseiam seus estudos nos escritos de afro-americanos do passado, como W.E.B. Dubois, emprestando elementos da história, da sociologia e dos estudos do direito, além de utilizarem narrativas, parábolas e memórias da experiência negra nos Estados Unidos para explicar o impacto da desigualdade. No entanto, o fato de que a maioria desses estudiosos é afro-descendente é utilizado como argumento para apontar o racismo desses autores e sua intenção de dividir a sociedade estadunidense, promovendo a discórdia.

Similarmente, o Brasil apresenta em sua experiência histórica a concentração de propriedade nas mãos dos brancos, as barreiras econômicas que dificultam o acesso à educação e a moradias de qualidade, o limitado acesso à justiça e aos direitos de ir e vir e de vivenciar sua cultura. Embora não tenha enfrentado a segregação racial oficializada pelas leis, ou a proibição do voto tendo como base a raça

do eleitor, estudos como os de Marcelo Paixão⁴ têm provado a prevalência da desigualdade racial no país através de dados de estudos populacionais. O racismo estrutural no Brasil está na base da mortalidade infantil entre negros e pardos, na baixa qualidade da escola pública, principalmente quando localizadas em áreas onde a população é predominantemente negra e parda, na violência policial, no racismo nas unidades de atendimento à saúde e na alta mortalidade entre mulheres por problemas gestacionais e de parto.

A teoria crítica da raça já é conhecida no Brasil desde o início do milênio. Em 2002, Luis Gandin, Júlio Diniz-Pereira e Álvaro Hypolito entrevistaram Gloria Ladson-Billings, que defende a aplicabilidade da teoria crítica da raça na educação e na educação de docentes, buscando entender sua importância e possível aplicabilidade no Brasil. Durante a

entrevista, a professora explicou que a teoria oferece aparatos para o questionamento da discriminação racial dentro das práticas judiciais. A educadora estadunidense ressalta a necessidade de uma educação multicultural e crítica, assim como as conexões entre os países africanos e as diásporas, para trocar experiências sobre a luta contra o racismo. Para ela, adotar essa teoria antirracista é uma forma de decolonizar o ensino e de combater os efeitos do racismo estrutural.⁵

A importância do livro de Victor Ray como leitura para brasileiros, apesar de essa teoria já ser conhecida há várias décadas, está ligada à necessidade de se entender não somente a teoria crítica da raça, mas as manifestações do racismo estrutural e de combater a propaganda contra o ativismo antirracista, que estão presentes na sociedade brasileira. Gianmarco Ferreira e Marcos Queiroz defendem a aplicabilidade da teoria crítica da raça em estudos sobre

4 Marcelo Paixão, “O ABC das desigualdades raciais: um panorama do analfabetismo da população negra através de uma leitura dos indicadores do Censo 2000”, *Teoria & Pesquisa*, v. 42-43 (2003), pp. 245-264. Marcelo Paixão, “Desigualdades raciais na incidência do analfabetismo no seio da população brasileira: uma leitura empírica baseada nos indicadores do Censo 2000”, *Libertas*, v. 4/5 (2004-2005), pp. 135-152.

5 Luís A. Gandin, Júlio Diniz-Pereira e Álvaro Hypolito, “Para além de uma educação multicultural: teoria racial crítica, pedagogia culturalmente relevante e formação docente (entrevista com a professora Gloria Ladson-Billings)”, *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 79 (2002) pp. 275-293 .

o Brasil, refutando a tese de excepcionalidade da questão racial do Brasil e apontando para as semelhanças entre as duas sociedades e suas práticas de exclusão: silenciamento e apagamento.⁶

Muitos políticos e formadores de opinião conservadores têm criado mecanismos de censura nas escolas e universidades estadunidenses, no sentido de proibir que professores e alunos discutam em sala de aula as ideias propostas pela teoria crítica da raça, e isso vai além da proibição de se estudar a teoria em si, abrangendo a censura de tópicos da história e da literatura, de maneira a proibir a discussão de temas como a escravidão, a segregação racial, a luta por direitos civis. No Brasil, a tentativa de censura nas escolas para prevenir discussões sobre o racismo e sobre temas como a identidade de gênero e feminismo, promove uma versão conservadora e limitada da história, e foi uma das características do governo Bolsonaro.⁷ Uma das manifestações do racismo

implícito dessas medidas e da conivência de pessoas ligadas ao ensino é o tratamento dado a questões religiosas. Professores e estudantes têm relatado a discriminação contra religiões de matriz africana, que é parte do currículo desenvolvido a partir da Lei 10.639/2003, mas que muitas diretoras e diretores de escolas decidiram apagar dos conteúdos curriculares.⁸

A campanha contra a teoria crítica da raça vai muito além de censura e manipulação de conteúdos curriculares: ela se mostra abertamente na manipulação da informação para forjar uma representação negativa de um campo de estudos. O combate à teoria foi o ponto central de uma estratégia política de *marketing*, criada por Christopher Rufo, um político conservador que, de acordo com o jornal *The Washington Post*, anunciou seu plano publicamente em 2021, afirmando que ele e seu grupo haviam conseguido criar uma marca negativa da teoria crítica da raça, inserindo o nome da teoria no debate público ao

6 Gianmarco Loures Ferreira e Marcos Vinícius Lustosa Queiroz, “A trajetória da Teoria Crítica da Raça: história, conceitos e reflexões para pensar o Brasil”, *Teoria Jurídica Contemporânea*, v. 3, n. 1 (2017), pp. 201-229.

7 Rute Pina, “Professores relatam censura em colégios militares”. *El País*, 24 out. 2020 [🔗](#).

8 Dias, Vania. “Racismo religioso gera entrave para efetivação de lei sobre cultura afro nas escolas”, *Brasil de Fato*, 6 fev. 2023 [🔗](#). Ver também “Racismo religioso dificulta a implementação da lei 10.639/03, afirma pesquisador”. *Porvir Inovações em Educação*, 30 jun. 2023 [🔗](#).

mesmo tempo em que direcionava a discussão com percepções negativas. O objetivo era que, ao ler sobre algum evento ou proposta maluca nos jornais, o leitor imediatamente associasse à teoria crítica da raça até que o termo se tornasse tóxico. O mesmo Rufo afirma que seu grupo conseguiu recodificar o termo, associando-o a uma gama de construções sociais negativas e impopulares entre o público americano. O jornal brasileiro *Gazeta do Povo* publicou em português um artigo do mesmo Christopher Rufo no qual ele explica, de maneira desinformativa, o que é a teoria, enfatizando sua ligação com o pensamento marxista radical.⁹ A manchete do jornal em maio de 2021 dizia “Racismo estrutural? Como combater a teoria crítica da raça” e é parte de uma série de artigos que têm como base o pensamento de Rufo, como o artigo que no mês de abril do mesmo ano afirmava que as escolas americanas estavam formando militantes antirracistas; citando Rufo, o texto indica que “os teóricos raciais críticos construíram

9 Christopher Rufo, “Racismo estrutural? Como combater a teoria racial crítica”, *Gazeta do Povo*, 6 mai. 2021 [📄](#) Christopher Rufo, “Racismo em nome do antirracismo” *Gazeta do Povo*, 16 mai. 2023 [📄](#).

seus argumentos como uma ratoeira, blindados contra críticas”. O artigo reproduz o argumento de Rufo de que o ensino crítico com ênfase no antirracismo educa estudantes para odiarem seu próprio país, e contribui para a baixa qualidade da educação.¹⁰ A oposição ferrenha dos conservadores a esse campo de estudos reforça sua importância para entender a desigualdade social, econômica e política naquela sociedade.

A constituição dos Estados Unidos da América se estabeleceu sobre uma base escravocrata, definindo a cidadania como privilégio branco. Quase um século depois, as emendas criadas ao fim da Guerra Civil Americana, que eliminavam o regime escravista de trabalho e estendiam os direitos civis aos afro-americanos, trouxeram um imediato progresso para mais de um terço da população americana, que obteve o direito de votar e de fazer parte do poder legislativo e executivo. Foi um breve período da história americana, chamado Reconstrução, e que foi combatido quase que imediatamente. Uma década depois, políticos

10 Gabriel Sestrem, “Escolas dos EUA abraçam teoria racial crítica e investem na formação de militantes antirracista”, *Gazeta do Povo*, 26 abr. 2021 [📄](#).

faziam acordos para limitar os direitos dos negros e para bani-los de posições de poder político e econômico, e até de cidades. A teoria crítica da raça discute tal embate, progressos e retrocessos, apontando para a resistência dos afro-americanos e para a injustiça das estruturas de governo marcadas pelo racismo. As leis de imigração proibiam a entrada de estrangeiros que não fossem brancos, enquanto cientistas ligados ao movimento eugenista reforçavam ideias de degeneração racial e de hierarquia racial que marcaram a legislação imigratória durante o século XX. Esta é mais uma das similaridades do Brasil com os Estados Unidos, porque até meados do século XX as leis de imigração brasileira também foram marcadas pela rejeição a imigrantes negros e asiáticos, com exceção dos japoneses.¹¹

Partindo do princípio de que a ideia de raça é uma construção política e social, Victor Ray enfatiza o fato de que a raça como conceito não é algo definitivo, mas sim contextual, mutável, maleável e instável. Classificações raciais têm mudado

drasticamente ao longo da história, variando de acordo com as sociedades e as regiões. Sendo assim, segundo ele, a raça é uma alucinação coletiva. Mas se assim for, então por que os estudiosos continuam a usar tal conceito para descrever pessoas e diferenças entre povos? Seria válida a proposta de que se abandonássemos o uso de categorias raciais poderíamos finalmente transcender para uma sociedade sem raças, uma sociedade pós-racial? Ray afirma que, ainda que muitos defendam essa proposta, ao reafirmar que “a raça é humana” e rejeitando discussões sobre o racismo, suas manifestações e consequências, tal posição não leva ao fim do racismo. Pelo contrário, ignorar questões relacionadas às raças, em geral, é ignorar o racismo, e isso tem como consequência reforçar a desigualdade racial.

Por outro lado, crenças coletivas sobre raças se baseiam em (e reforçam) um conjunto de ideias formadas arbitrariamente sobre características físicas, as origens geográficas dos nossos ancestrais e numa classificação de valor arbitrária sobre corpos humanos. Analisando essa proposta de Ray fora do contexto estadunidense, podemos entender a comoção internacional

11 Elaine Pereira Rocha, “Adivinhe quem vem para jantar? O imigrante negro na sociedade brasileira”, *(Syn)Thesis*, v.7 n. 2 (2016), pp. 121-132 .

diante dos refugiados da guerra na Ucrânia em comparação com os refugiados dos conflitos armados no Haiti e na República Democrática do Congo.

Ray utiliza as diferenças culturais entre a perspectiva brasileira e a americana sobre a raça, indicando que os Estados Unidos continuam sendo o único lugar onde as classificações raciais permanecem rigidamente ligadas à ancestralidade, enquanto no Brasil as diferenças estão relacionadas ao tom de pele. Mas ele mesmo cita a exceção à regra americana em seu próprio caso, que obteve o benefício de “passar” por branco, enquanto seu irmão sofria a discriminação por ser negro. Também cita o caso do regime do *Apartheid* na África do Sul, no qual pessoas com grau elevado de educação poderiam recorrer a uma “reclassificação” para conseguir melhor emprego ou morar em bons bairros.

O impacto negativo do racismo, que determinou, por exemplo, a esterilização de mulheres negras, indígenas e latinas, interfere na estrutura demográfica dos países, resultando em etnocídio e enfraquecendo a luta de grupos minoritários, como no caso de grupos indígenas. Grande parte dessas mulheres foram submetidas a cirurgias

de esterilização contra sua vontade, muitas acreditando que se tratava de uma cirurgia para retirar um apêndice ou para retirar um tumor. Entender as permutações de gênero e raça é essencial nessa teoria crítica e se aplica aos Estados Unidos e aos outros países do continente americano.

O racismo estrutural reconhece que as ideias discriminatórias são especialmente importantes quando combinadas ao acesso a recursos que permitem a criação de sistemas de desigualdade de grande persistência. Ele se perpetua através de intenções conscientes, tendências inconscientes, ou políticas e práticas que privilegiam um grupo racial em detrimento de outro. Isso não significa que o racismo individual é inconsequente, mas que o racismo individual se torna mais poderoso por estar incorporado num sistema que amplifica seu impacto através de recursos estruturais. É o caso da discriminação na conduta dos policiais, que são apoiados por Secretarias de segurança, ou o caso de discriminação de empregados por empregadores que raramente são punidos devido a seu poder econômico e social.

Para os defensores da teoria crítica da raça, definir o racismo pela

perspectiva de ações individuais racistas beneficia o sistema político que discrimina e distribui recursos de maneira desigual. Contudo, atos de racismo individual podem beneficiar comunidades inteiras e o sistema como um todo. Por exemplo, quando um proprietário de apartamentos se recusa a vender ou alugar para famílias negras, ele contribui para manter os brancos como a maioria da população naquele local. Isso pode beneficiar determinados partidos políticos e pode determinar os recursos direcionados à educação, escola e saneamento naquela região.

Victor Ray descreve as manifestações do racismo estrutural em comparação ao racismo individual nos Estados Unidos, já denunciado por Stokely Carmichael há mais de meio século, ao explicar que o ato terrorista dos indivíduos que bombardearam uma igreja negra Birmingham em 1963, matando cinco crianças, foi visto como um ataque individual racista, condenado pela maioria dos segmentos da sociedade. Porém, quando na mesma cidade, a cada ano 500 bebês negros morrem pela falta de atendimento médico, de comida, de abrigo, e milhares de outros são

afetados física, intelectual e emocionalmente por causa da pobreza e da discriminação, a sociedade prefere não reconhecer o racismo, e nada é feito para resolver o problema. O autor argumenta que pessoas são educadas e elevadas a posições de poder com o fim de canalizar recursos para algumas áreas, negando os mesmos recursos a outras áreas ou outros setores da população, elaborando e executando políticas racistas com fins de perpetuar a desigualdade.

Os estudos de Ray indicam que o racismo nos Estados Unidos é persistente, desde o professor que trata de maneira diferente o comportamento típico de um estudante que interrompe a aula, dependendo de sua classificação racial, punindo estudantes negros de forma mais rígida do que a estudantes brancos. A administração escolar apoia a atitude do professor, da mesma maneira que os comitês de administração escolar distribuem recursos de maneira desigual entre escolas onde a maioria dos alunos é branca ou negra. A discriminação se manifesta nas limitadas oportunidades de emprego e moradia para ex-detentos e na seleção de candidatos para vagas de emprego, ainda que

empresas se utilizem de algoritmos para seleção. Nos Estados Unidos, o nome de uma pessoa afrodescendente determina sua exclusão do mercado de trabalho, ainda que os currículos apresentem qualificação igual ou superior a de candidatos com nomes tipicamente europeus. No Brasil, a pessoa pode ser discriminada antes mesmo da entrevista, por causa de seu endereço. Pessoas que moram em comunidades são recusadas em vagas para trabalho, fato que leva candidatos a falsificar este dado.

Mesmo em processos tidos como neutros, é possível perceber o racismo estrutural como, por exemplo, nos exames de admissão para universidades, no qual todos os alunos recebem o mesmo tipo de pergunta, porém, alunos negros que estudam em escolas com menos recursos receberam uma educação que limita sua habilidade para responder às questões apresentadas, portanto, suas chances de sucesso são menores. Esse tipo de discriminação foi a base do argumento em favor de cotas na universidade pública brasileira.

Victor Ray também explica como a política de “Guerra às Drogas”, iniciada no governo Nixon e retomada

por Reagan, afetou desproporcionalmente os negros nos Estados Unidos, estando diretamente ligada à criminalização e prisões em massa, de forma que muitos negros continuam servindo sentenças por consumo de cannabis, um comércio que foi legalizado em mais da metade dos estados estadunidenses. Políticas de limitação de benefícios sociais, assim como a condenação à prisão por delitos menores, destruiu famílias e comprometeu o bem-estar de gerações que ficaram sem chefes de domicílio ou de jovens que viram seu futuro esvaçado por uma ficha criminal ou pelo tempo na prisão, ao invés de estar nas escolas.

Ray também destaca o fato de que a sociedade liberal vê o problema naqueles que chamam a atenção para essas práticas racistas, ao invés de combater tais práticas. Isso inclui a deturpação do discurso de Martin Luther King Jr., que disse “Eu sonho que um dia nossas crianças possam ser avaliadas pelo seu caráter, não pela cor da sua pele”, utilizado por pessoas que defendem uma sociedade *colorblind*, ou seja, uma sociedade que nega as diferenças raciais. Ao negar o racismo (ainda que o pratique), a sociedade

não o combate, mas permite que se perpetue.

Aliado às práticas descritas acima está o mito do progresso racial, que ressalta as conquistas dos afro-americanos, desde a abolição, o fim dos linchamentos, o direito ao voto até as políticas de ação afirmativa. Ao listar as ditas vantagens conquistadas pelos negros, muitos condenam aqueles que persistem na luta contra o racismo, acusando-os de provocar a discórdia ao invés de se mostrarem gratos pelas conquistas atingidas. A teoria crítica da raça recusa o mito do progresso racial, argumentando que, ao contrário da propaganda liberal, as coisas não estão melhores, e o progresso é muito limitado e mesmo o progresso atingido não tem sido linear, nem mesmo homogêneo, ao longo da história e na extensão do país. Em muitos lugares, os afro-americanos continuam a sofrer o racismo, e isso varia dentro do mesmo estado; além disso, as conquistas têm sido constantemente atacadas e mesmo revertidas.

Para Ray, o tempo em si não corrige automaticamente o racismo, as mudanças não são necessariamente para melhor. O discurso sobre o progresso nas relações raciais é

utilizado contra movimentos que lutam por igualdade racial como o *Black Lives Matter*, por exemplo. Neste caso, os participantes são vistos como ingratos, que se recusam a reconhecer a benevolência do Estado e da sociedade, insistindo em causar problemas.

Acima de tudo, o racismo criou uma ideologia de valor humano, no qual as reclamações das pessoas têm valor diferenciado, dependendo de sua classificação racial. Isso se manifesta nos hospitais, nas delegacias de polícia, nas queixas contra políticas públicas, nas escolas e no trabalho. O sofrimento branco é considerado como prioridade sobre o sofrimento dos afro-americanos ou o que eles chamam de “pessoas de cor”. O racismo estrutural se manifesta também na tensão diária na vida de quem tem que lidar com o racismo, nas formas como pessoas não brancas são expostas a riscos muito mais do que as brancas – no trabalho, na violência das ruas, na exposição a fatores que afetam a saúde, como a pobreza – na escolaridade limitada e na estrutura das escolas públicas voltadas para a população negra, na precariedade do atendimento à saúde e no acesso à justiça.

Nesse ponto, a interseccionalidade é um fator importante, porque à classificação racial somam-se as classificações de gênero e de classe, às quais eu adicionaria outras categorias como escolarização, regionalidade, graduações de cor e outros aspectos fenotípicos e culturais ligados à aparência e a habilidades físicas. Tudo isso determina o valor da experiência humana, e sua visibilidade legal, em uma escala invisível e mutante – o que Victor Ray chama de múltipla marginalização. Por isso, a teoria crítica da raça valoriza os testemunhos e as narrativas de afro-americanos como central para entender as práticas racistas e como ponto de partida para advogar pela correção do racismo.

A publicação do livro “*On critical race theory...*” repercutiu positivamente nos meios acadêmicos e na imprensa diária dos Estados Unidos. O site de crítica literária *Publishers Weekly* destacou a importância do livro, elogiando a acessibilidade do pensamento, do objetivo do livro e da forma como expressa a importância dessa teoria na defesa dos princípios democráticos da sociedade multirracial.¹² O autor, que ensina na Universidade de

Iowa, em uma entrevista à rede NBC News, afirmou que sua preocupação é ir além da análise sobre atos individuais de racismo e pensar na sociedade e na estrutura política que autoriza a conduta do policial que mata o homem e a mulher negros. Uma história que vem desde o início da colonização.

Devido ao sucesso de suas posturas sobre o assunto na mídia escrita e audiovisual, o autor tem enfrentado duras críticas e até ameaças à sua integridade física, fato que vem se tornando cada vez mais comum nos Estados Unidos e do qual ele tem sido alvo mesmo antes da publicação do livro, por causa de seu posicionamento radical ao denunciar o racismo estrutural. Em entrevista ao blog *Literary Hub*, em junho de 2023, ele indicou que vinha recebendo ameaças de pessoas racistas, chegando a ter seguranças para sua proteção em apresentações públicas.¹³

No Brasil, a teoria crítica da raça oferece o cabedal teórico metodológico para entender a censura a intelectuais, o discurso conservador dos que defendem um Estado autoritário e, acima de tudo, a violência racista que mata centenas de jovens todos os anos e que cria barreiras

12 Ver, por exemplo: [📄](#)

13 Richard Delgado, “On the Importance of Critical Race Theory – and the Delusional Attacks On It”, *Literary Hub*, 21 jun. 2023 [📄](#).

para milhões de pessoas que buscam o
acesso a melhores condições de vida.

Elaine Pereira Rocha  

*The University of the West Indies,
Campus Cave Hill*

DOI: 10.9771/aa.v0i69.63383